

JOHN BELLAMY FOSTER
TRADUÇÃO DE FÁBIO DE MARIA

PEGANDO FOGO DESTA VEZ

Recebido em 09/07/2021

Aprovado em 24/10/2021

TEXTO ORIGINAL DE JOHN BELLAMY FOSTER

TRADUÇÃO DE FÁBIO DE MARIA

PEGANDO FOGO DESTA VEZ¹

Recebido em 09/07/2021
Aprovado em 24/10/2021

JOHN BELLAMY FOSTER

John Bellamy Foster é editor da *Monthly Review* e professor de sociologia na Universidade de Oregon. Seus interesses de pesquisa se concentram na economia política e na sociologia ambiental, sendo autor, dentre outros, de *A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza* (2000, com edição brasileira de 2005), *The Great Financial Crisis: Causes and Consequences* (com Fred Magdoff, 2009), *The Ecological Rift: Capitalism's War on the Earth* (com Brett Clark e Richard York, 2010) e *The Theory of Monopoly Capitalism: An Elaboration of Marxian Political Economy* (reeditado em 2014).

FÁBIO DE MARIA

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3346-1228>

E-mail: fabiodemaria@alumni.usp.br

Hoje estamos observando o que parece ser o começo de uma revolução ecológica, um momento histórico diferente de qualquer outro pelo qual a humanidade tenha passado². Como Naomi Klein sugere em seu novo livro *On Fire* (“Pegando fogo”), não apenas o planeta está queimando, mas um movimento climático revolucionário tem surgido, e está agora pegando fogo em resposta (KLEIN, 2019a). Aqui está uma breve cronologia do ano passado [2018], com destaque para ações climáticas na Europa e na América do Norte – ainda que se deva ressaltar que o mundo inteiro está agora, objetivamente (e subjetivamente também), *pegando fogo desta vez*³.

- Agosto de 2018: Greta Thunberg, de 15 anos, inicia sua greve escolar, do lado de fora do Parlamento sueco.

¹ Publicado originalmente sob o título de “On fire this time”, *Monthly Review*, vol. 71, n. 6, Nova York: Monthly Review Press, 2019. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2019/11/01/on-fire-this-time/> (último acesso em: 11/02/2021). Uma primeira versão desta tradução brasileira foi publicada no site *A Terra é Redonda*, em 28/05/2020: <https://aterraeredonda.com.br/pegando-fogo-desta-vez/> (último acesso em: 11/02/2021). A presente tradução foi realizada a convite do comitê editorial anterior. Infelizmente, os trâmites envolvendo a tradução impediram a sua publicação em edições anteriores desta revista. A despeito do atraso, a pertinência do debate climático se mantém, tornando-se ainda mais urgente com o novo relatório do IPCC neste ano e as discussões climáticas em outros fóruns.

² Aqui, a revolução é vista como um processo histórico complexo, abrangendo muitos atores e fases, um processo ora incipiente, ora desenvolvido, e que contém um desafio fundamental ao Estado e à estrutura de propriedade, de produção e de classes da sociedade. Ela pode envolver atores cujas intenções não são revolucionárias, mas que são objetivamente parte do desenvolvimento de uma situação revolucionária. Para um exemplo histórico, cf. Lefebvre (1947). Sobre o próprio conceito de revolução ecológica, cf. Foster (2009, pp. 11-35).

³ Baldwin (1963), *The fire next time* [“Da próxima vez, o fogo”].

- 8 de outubro de 2018: o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas [em inglês, IPCC-*Intergovernmental Panel on Climate Change*] publica seu “Relatório especial sobre o aquecimento global de 1,5 ° C”, que aponta para a necessidade de “transições sistêmicas [...] sem precedentes em termos de escala” (ONU, 2018-2019).
- 17 de outubro de 2018: ativistas do grupo *Extinction Rebellion* ocupam a sede do Greenpeace no Reino Unido, e exigem a realização de desobediência civil em massa a fim de enfrentar a emergência climática.
- 6 de novembro de 2018: Alexandria Ocasio-Cortez (Partido Democrata dos EUA) é eleita deputada do Congresso, em uma plataforma que inclui um *Green New Deal* (HALTIWANGER, 2019).
- 13 de novembro de 2018: no Congresso dos EUA, membros do Movimento Sunrise ocupam o escritório da Presidente da Câmara dos Deputados Nancy Pelosi; Ocasio-Cortez, recém-eleita deputada, junta-se a eles.
- 17 de novembro de 2018: ativistas do grupo *Extinction Rebellion* bloqueiam cinco pontes sobre o Tâmesa, em Londres.
- 10 de dezembro de 2018: ativistas do Movimento Sunrise inundam os principais escritórios do Partido Democrata no Congresso, e exigem a criação de uma comissão para um *Green New Deal*.
- 19 de dezembro de 2018: os membros do Congresso que apoiam uma comissão para um *Green New Deal* sobem para quarenta.
- 25 de janeiro de 2019: Thunberg diz ao Fórum Econômico Mundial: “Nossa casa está pegando fogo [...] quero que vocês ajam como se nossa casa estivesse pegando fogo. Porque ela está”.
- 7 de fevereiro de 2019: a deputada Ocasio-Cortez e o senador Edward Markey apresentam ao Congresso a Resolução para um *Green New Deal* (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2019).
- 15 de março de 2019: quase 2.100 greves climáticas lideradas por jovens ocorrem em 125 países, com 1,6 milhão de participantes (100 mil em Milão, 40 mil em Paris, 150 mil em Montreal) (KLEIN, 2019a, pp. 1-7).

Revisão
tradução
de
MARISA SILVA
AMARAL

Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9548-3038>

E-mail: marisaamaral@gmail.com

- 15-19 de abril de 2019: membros do grupo *Extinction Rebellion* fecham uma parte grande do centro de Londres.
- 23 de abril de 2019: falando às duas casas do Parlamento, Greta Thunberg afirma: “Vocês ouviram o que eu acabei de dizer? Meu inglês é bom? O microfone está ligado? Porque estou começando a me perguntar” (THUNBERG, 2019, p. 61).
- 25 de abril de 2019: os manifestantes da *Extinction Rebellion* bloqueiam a Bolsa de Londres, colocando-se em suas entradas.
- 10 de maio de 2019: o Parlamento do Reino Unido declara uma emergência climática logo após declarações semelhantes da Escócia e do País de Gales.
- 22 de agosto de 2019: o senador e candidato à presidência Bernie Sanders apresenta o plano mais completo de um *Green New Deal* até o momento, propondo um investimento público de US\$ 16,3 trilhões, ao longo de dez anos (SANDERS, 2019).
- 12 de setembro de 2019: o número de copatrocinadores da Resolução do *Green New Deal* no Congresso chega a 107 (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2019)⁴.
- 20 de setembro de 2019: quatro milhões de pessoas participam da greve climática global, organizando mais de 2.500 eventos em 150 países. 1,4 milhão de protestos ocorrem somente na Alemanha (BARCLAY; RESNICK, 2019).
- 23 de setembro de 2019: Thunberg diz às Nações Unidas: “As pessoas estão sofrendo. Pessoas estão morrendo. Ecossistemas inteiros estão entrando em colapso. Estamos no início de uma extinção em massa e tudo o que vocês conseguem falar é sobre dinheiro e contos de fadas de um eterno crescimento econômico. Como se atrevem?” (NPR, 2019).
- 25 de setembro de 2019: é publicado o *Relatório Especial do IPCC sobre o Oceano e a Criosfera*, que indica que muitas megacidades localizadas em baixas altitudes, assim como pequenas ilhas, especialmente em regiões tropicais, sofrerão “eventos extremos ao nível do mar” a cada ano até 2050 (ONU, 2019, pp. 22-24 e 33).

⁴ A lista de apoiadores está disponível em: <http://congress.gov>

O imenso número de protestos contra as mudanças climáticas no ano passado deveu-se, em grande medida, ao relatório de outubro de 2018 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, agência pertencente às Nações Unidas. Esse documento declara que, a fim de que o mundo tenha uma chance razoável de evitar o catastrófico acréscimo de 1,5°C na temperatura média global, as emissões de dióxido de carbono devem atingir o pico em 2020, cair 45% até 2030, e chegar a emissões líquidas zero até 2050⁵. Um número incalculável de pessoas de repente percebeu que, para fugir do precipício, é necessário iniciar uma mudança socioeconômica em escala compatível com a crise que tem atingido o “Sistema Terra” e desafiado a humanidade. Isso resultou no *System Change Not Climate Change* (“Mudança do Sistema, Não Mudança do Clima”), o nome do principal movimento ecossocialista dos Estados Unidos, tornando-se o mantra dos militantes de movimentos climáticos ao redor do mundo inteiro⁶.

A ascensão meteórica de Greta Thunberg e do movimento de greves estudantis climáticas, do *Sunrise Movement*, da *Extinction Rebellion* e do *Green New Deal*, tudo dentro do breve período de um ano, juntamente com os atuais protestos e greves de milhões de ativistas pela mudança climática – a maioria deles, jovens –, significou uma transformação maciça na luta ambiental nos Estados capitalistas avançados. Praticamente da noite para o dia, os objetivos da luta mudaram seus contornos, com a estrutura anterior de ação climática mais genérica cedendo espaço para as alas do movimento que se orientam principalmente pelo ecossocialismo e pelo tema da justiça climática radical⁷. Até agora, o movimento de ação climática tem

⁵ ONU (Organização das Nações Unidas) (2018), Stern (2018) e NPR (National Public Radio) (2019). Em geral, considera-se que o mundo deve ficar abaixo de 2°C para evitar um ponto sem retorno no que diz respeito às relações humanas com o planeta. Mas cada vez mais a ciência tem apontado para 1,5° C como a marca desejável. Atualmente, a maioria dos esquemas de mitigação climática reconhecidos pelo IPCC admite um excedente temporário do limite de 1,5°C (ou do limite de 2°C) com emissões negativas, removendo, em seguida, o carbono da atmosfera antes que ocorram os piores efeitos. Mas essa estratégia, cada vez mais reconhecida, é pior que a roleta russa em termos de probabilidades estatísticas.

⁶ Cf. <http://systemchangenotclimatechange.org> e, também, Empson (2019).

⁷ Sobre a distinção entre ação climática e justiça climática, cf. Klein (2019a, pp. 27-28).

sido amplamente reformista. Seu programa buscou meramente empurrar o mundo dos negócios em uma direção mais consciente sobre o clima. A marcha climática de 400 mil pessoas ocorrida em Nova York no ano de 2014, organizada pelo Movimento Climático do Povo [*People's Climate Movement*], dirigiu-se para a Rua 34 e para a 11ª Avenida – um não destino se comparado ao prédio das Nações Unidas, onde os grandes negociadores da questão climática se encontravam. Como resultado, ela teve um caráter mais de passeata do que de protesto⁸.

Por sua vez, organizações como *Extinction Rebellion*, *Sunrise Movement* e *Alliance for Climate Justice* são conhecidas por seu estilo de ação direta. Esses novos movimentos são mais jovens, mais ousados, mais diversos e apresentam-se com uma perspectiva mais revolucionária (KLEIN, 2019a, pp. 27-28). Na atual luta pelo planeta, há um reconhecimento crescente de que as relações sociais e ecológicas de produção devem ser transformadas. Apenas uma transformação que seja revolucionária em magnitude e em velocidade poderia tirar a humanidade da armadilha que o capitalismo lhe impôs. Como Greta Thunberg declarou na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática em 15 de dezembro de 2018, “se as soluções dentro deste sistema são tão impossíveis de encontrar, então talvez devêssemos mudar o próprio sistema” (THUNBERG, 2019, p. 16).

Green New Deal: reforma ou revolução?

O que fez a luta por uma revolução ecológica se transformar no último ano [2018] em uma força aparentemente imparável foi a ascensão do *Green New Deal* [“Novo Acordo Verde”], isto é, um programa que propõe unir a luta para deter a mudança climática com a luta por justiça econômica e social, com foco nos efeitos sobre trabalhadores e sobre as comunidades

⁸ A marcha climática foi seguida alguns dias depois pela ação de Flood Wall Street, na qual manifestantes se envolveram em desobediência civil, mas não possuíam força numérica.

mais expostas⁹. Contudo, o *Green New Deal* não foi originalmente uma estratégia de transformação radical, mas sim uma proposta reformista moderada. O termo *Green New Deal* surgiu em 2007, em uma reunião entre Colin Hines, ex-chefe da Unidade de Economia Internacional do *Greenpeace*, e Larry Elliott, editor de Economia do jornal *The Guardian*. Diante dos crescentes problemas econômicos e ambientais, Colin Hines sugeriu uma dose de gastos keynesianos verdes [*Green Keynesian spending*], rotulando-os de *Green New Deal*, em referência ao *New Deal* que Franklin Roosevelt aplicara nos Estados Unidos à época da Grande Depressão. Elliott, Hines e outros, incluindo o empresário britânico Jeremy Leggett, lançaram o *Green New Deal Group* do Reino Unido no final daquele ano (PARTIDO VERDE DOS EUA, 2019a; VV.AA., 2008; ELLIOT, 2007).

A ideia disseminou-se rapidamente nos círculos da política ambiental. Thomas Friedman, colunista do *New York Times* favorável às corporações, começou a promover o termo nos Estados Unidos, mais ou menos à mesma época em que formulou uma nova estratégia capitalista ecomodernista (FRIEDMAN, 2007). Barack Obama apresentou uma ideia semelhante em sua campanha de 2008. No entanto, após as eleições intermediárias de 2010, ele abandonou essa terminologia, juntamente com a substância que dela ainda havia sobrado (KAUFMAN, 2018). Em setembro de 2009, o Programa Ambiental da ONU emitiu um relatório intitulado *Global Green New Deal*, que consistia em um plano de crescimento sustentável (UNEP, 2009). No mesmo mês, a Fundação Verde da Europa publicou *A Green New Deal for Europe*, uma estratégia keynesiana de capitalismo verde [*Keynesian green capitalist strategy*], hoje conhecida como *Green New Deal Europe* (GREEN EUROPEAN FOUNDATION, 2009).

Todas essas propostas, apresentadas sob o manto de um *Green New Deal*, eram combinações, de cima para baixo, de keynesianismo verde,

⁹ O autor usa a expressão *frontline communities* para se referir às comunidades que experimentam os impactos mais imediatos e nocivos da mudança climática e que, via de regra, envolvem negros, indígenas e pessoas de baixa renda. Nesta tradução, ora utilizamos a expressão “comunidades da linha de frente”, ora as expressões “comunidades expostas” ou “comunidades marginalizadas” (nota de tradução).

ecomodernismo e planejamento tecnocrático corporativista, incorporando de maneira apenas marginal a preocupação com a promoção do emprego e com a erradicação da pobreza, enquanto defendiam um capitalismo verde ligeiramente reformista. Nesse sentido, as primeiras propostas do *Green New Deal* tinham mais em comum com o primeiro *New Deal* de Franklin Roosevelt, de 1933 a 1935 nos Estados Unidos, de caráter corporativista e muito favorável aos negócios, do que com o segundo *New Deal*, de 1935 a 1940, que foi animado pela grande revolta dos trabalhadores industriais em meados dos anos 1930 (MILTON, 1982).

Em nítido contraste com as primeiras propostas, a versão radical do *Green New Deal* que ganhou fôlego nos Estados Unidos no ano passado [2018] tem sua inspiração histórica na grande revolta vinda de baixo no segundo *New Deal*. Uma força-chave nessa metamorfose foi a Aliança pela Justiça Climática [*Climate Justice Alliance*], que surgiu em 2013 por meio da fusão de várias organizações, principalmente de justiça ambiental. Atualmente, essa aliança reúne 68 organizações que representam comunidades de baixa renda e minorias étnicas, engajadas em lutas imediatas por justiça ambiental e apoiando uma transição justa (CLIMATE JUSTICE ALLIANCE, 2020).

O conceito crítico de uma transição justa teve suas origens na década de 1980, nos esforços do ecossocialista Tony Mazzocchi, do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo, Química e Atômica, para construir um movimento radical pela justiça laboral e ambiental, e foi depois promovido pela União Nacional dos Metalúrgicos [*United Steel Workers*] (FOSTER, 2019; CLIMATE JUSTICE ALLIANCE, 2020). Com o objetivo de superar o abismo entre as lutas econômicas e ecológicas, uma transição justa é reconhecida agora como o princípio central na luta por um *Green New Deal* dos Povos, para além da proteção climática em si.

Foi durante as duas campanhas presidenciais sucessivas de Jill Stein pelo Partido Verde, em 2012 e 2016, que o *Green New Deal* foi transformado pela primeira vez em uma estratégia de base radical – ou, nos termos do movimento *Science for the People*, em um *Green New Deal* dos Povos [*Peoples'*

Green New Deal]¹⁰. O *New Deal* do Partido Verde tinha quatro pilares: (1) uma declaração de direitos econômicos, incluindo o direito ao emprego, direitos trabalhistas, o direito à assistência médica (“*Medicare for All*”) e à educação universitária gratuita, financiada pelo governo federal; (2) uma transição verde, que promoveria o investimento em pequenas empresas, pesquisa verde e empregos verdes; (3) uma reforma financeira real, que incluiria o alívio da dívida hipotecária e estudantil, a democratização da política monetária, a cisão de corporações financeiras, o fim de resgates governamentais a bancos e a regulamentação de derivativos financeiros; e (4) uma democracia participativa, que revogaria a personalidade jurídica das corporações, incorporaria uma declaração de direitos dos eleitores, revogaria o *Patriot Act* de Bush e reduziria os gastos militares em 50% (STEIN, 2012).

Não pode haver dúvida sobre a natureza radical (e anti-imperialista) do programa original do Partido Verde. A redução da metade dos gastos militares dos EUA era a chave deste programa para aumentar os gastos federais em outras áreas. No centro deste programa estava, portanto, um ataque à estrutura econômica, financeira e militar do império dos EUA, ao mesmo tempo que suas propostas de política econômica se concentravam numa transição verde que forneceria até 20 milhões de novos empregos verdes (PARTIDO VERDE DOS EUA, 2019b). Ironicamente, a transição verde foi o componente mais fraco do *Green New Deal* do Partido Verde. No entanto, a inovação do Partido estava em ligar a mudança ambiental vital ao que ele concebeu como uma mudança social igualmente necessária.

Mas foi somente em novembro de 2018, quando o *Green New Deal* radical estourou no Congresso sob a liderança da recém-eleita deputada Ocasio-Cortez após as eleições intermediárias nos EUA, que o programa de repente se tornou um fator importante no cenário político dos EUA. Ocasio-Cortez decidiu concorrer ao cargo depois de se juntar ao violento

¹⁰ A organização *Science for the People* [“Ciência para o Povo”] tem sido uma das principais defensoras de um “*Green New Deal* dos Povos”, incorporando uma transição justa para trabalhadores e comunidades da linha de frente, em vez de tentar incorporar o *Green New Deal* em sua forma corporativa anterior. Cf. *Science for the People*: <https://scienceforthepeople.org/peoples-green-new-deal/>

protesto, liderado por indígenas, que visava bloquear o oleoduto de Dakota em Standing Rock, Dakota do Norte, em 2016-2017. Em campanha no 14º Distrito Congressional de Nova York (representando o Bronx e parte do centro-norte do Queens), ela assinou o compromisso “Sem Dinheiro de Combustível Fóssil” [*No Fossil Fuel Money*] do *Sunrise Movement*¹¹, obtendo, com isso, um apoio que contribuiu para sua surpreendente vitória eleitoral contra o deputado titular de dez mandatos Joe Crowley. A manifestação do *Sunrise Movement* no escritório da presidente da Câmara Nancy Pelosi, em apoio a um *Green New Deal* uma semana após as eleições intermediárias, foi imediatamente acompanhada por Ocasio-Cortez, que, juntamente com Markey, apresentou a resolução do *Green New Deal* no Congresso.

A campanha de Ocasio-Cortez inspirou-se bastante na campanha autodenominada socialista democrática de Sanders à presidência em 2016, que levou ao renascimento dos Socialistas Democráticos da América [DAS, em inglês], aos quais Ocasio-Cortez se juntou antes de sua eleição. Desde o início, a resolução do *Green New Deal* dos Povos assumiu o que era, em muitos aspectos, um caráter ecossocialista¹².

Num documento de 14 páginas apresentado por Ocasio-Cortez e Markey em fevereiro de 2019, a Resolução do *Green New Deal* expõe a realidade da emergência climática e a extensão da responsabilidade dos EUA nesse processo, associando-a a “crises correlatas”, tais como: a diminuição da expectativa de vida, a estagnação salarial, o declínio da mobilidade entre classes sociais, a crescente desigualdade, a divisão racial da riqueza, e as disparidades salariais entre homens e mulheres. O *Green New Deal* propõe a redução a zero das emissões líquidas de gases de efeito estufa por meio de uma “transição justa”, criando “milhões de empregos bons e bem

¹¹ Stuart (2019). Os ativistas fundadores do Sunrise Movement se apegaram ao movimento pelo desinvestimento em combustíveis fósseis, ocorrido particularmente em universidades, que, em dezembro de 2018, afirmou ter conseguido alcançar a soma de US\$ 8 trilhões em desinvestimentos. No entanto, os ativistas perceberam que o próximo passo era tentar atacar o próprio Estado, e mudar o sistema através de um Green New Deal. Klein (2019a, p. 22).

¹² O Partido Verde reconfigurou-se explicitamente em direção ao ecossocialismo e patrocinou uma conferência de ecossocialismo em Chicago em 28 de setembro de 2019. Cf. Ríos (2019).

remunerados” no sentido de garantir um meio ambiente sustentável, “promovendo justiça, equidade e a reparação pela opressão histórica sofrida por povos indígenas, minorias étnicas, comunidades migrantes, comunidades desindustrializadas, comunidades rurais despovoadas, pela população pobre, pelos trabalhadores de baixa renda, mulheres, idosos, sem-teto, pessoas com deficiência e jovens (aos quais o documento se refere como ‘comunidades da linha de frente e vulneráveis’)

A Resolução propõe uma “mobilização nacional de dez anos”, com o objetivo de atingir “100% da demanda de energia nos Estados Unidos através de fontes limpas, renováveis e de zero emissão”. Outras medidas incluem a oposição a “monopólios nacionais e internacionais”; apoio à agricultura familiar; construção de um sistema alimentar sustentável; criação de uma infraestrutura veicular de emissão zero; investimento em uma rede de transporte público e em ferrovias de alta velocidade; incentivo ao intercâmbio internacional de tecnologia relacionada ao clima; criação de parcerias com comunidades da linha de frente, associações sindicais e cooperativas de trabalhadores; garantias de emprego, treinamento e ensino superior à população economicamente ativa; garantia de um sistema de saúde universal de alta qualidade para toda a população dos EUA; e proteção de terras e águas públicas (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2019-2020).

Diferentemente do *New Deal* do Partido Verde, a Resolução do Partido Democrata apresentada por Ocasio-Cortez e Markey não se opõe diretamente ao capital financeiro ou aos gastos militares dos EUA nas Forças Armadas e na expansão do Império. Seu caráter radical limita-se a vincular uma mobilização massiva para combater a mudança climática a uma transição justa para as comunidades da linha de frente, incluindo medidas econômicas redistributivas. Apesar de suas limitações, não há dúvidas sobre a radicalidade das demandas apresentadas, que, se fossem realizadas completamente, exigiriam uma mobilização em massa de toda a sociedade visando uma grande transformação do capitalismo nos EUA, o que incluiria a expropriação da indústria de combustíveis fósseis.

O *Green New Deal* de Sanders, sintetizado em um documento de 34 páginas, vai mais longe do que isso¹³. Postula 100% de energia renovável para eletricidade e transporte até 2030 (o que é equivalente a uma redução de 71% nas emissões de carbono dos EUA) e a descarbonização completa até 2050. O projeto de Sanders propõe-se a realizar tudo isso dedicando US\$ 16,3 trilhões ao investimento público para acabar com os combustíveis fósseis; declarando a emergência climática; insistindo em uma transição justa para trabalhadores e comunidades marginalizadas; reautorizando o Corpo de Conservação Civil [*Civilian Conservation Corps*] do *New Deal*; proibindo a extração *offshore*, o *fracking* e a mineração de carvão no topo de montanhas. Ele alocaria US\$ 200 bilhões ao Fundo Climático Verde para que os países pobres reduzissem as emissões de carbono em 36% até 2030. Para garantir uma transição justa para os trabalhadores, Sanders propõe “até cinco anos de garantia salarial, assistência para colocação e realocação no emprego, assistência médica e uma pensão baseada no salário anterior”, junto com assistência habitacional para todos os trabalhadores deslocados devido ao abandono dos combustíveis fósseis, e treinamento para diferentes carreiras, incluindo educação superior de quatro anos totalmente paga. O custo dos cuidados médicos seria coberto pelo *Medicare for All*. Os princípios da justiça ambiental seriam respeitados a fim de proteger as comunidades da linha de frente, incluindo os indígenas, prevendo-se a destinação de US\$ 1,12 bilhão para programas de acesso às terras tribais e aumento de sua extensão. Além disso, o governo “reservaria US\$ 41 bilhões para auxiliar a conversão das grandes operações que envolvem a alimentação de animais confinados em ‘práticas ecologicamente regenerativas’”, ao mesmo tempo que prevê o incentivo à agricultura familiar.

¹³ Sanders está completamente sozinho entre os principais candidatos democratas nas eleições de 2020 na promoção de um verdadeiro *Green New Deal*. O “Plano para uma Revolução da Energia Limpa e por Justiça Ambiental” [*Plan for a Clean Energy Revolution and Environmental Justice*], de Joe Biden, apresentado em junho de 2019, evita completamente a insistência do IPCC de que as emissões de dióxido de carbono devem ser reduzidas em quase 50% até 2030 para permanecer-se abaixo de 1,5°C, e simplesmente promete promover políticas que atingirão zero emissões líquidas até 2050, propondo gastar US\$ 1,7 trilhão no combate às mudanças climáticas por dez anos. Elizabeth Warren assinou a Resolução do *Green New Deal*, mas em seu “Plano de Energia Limpa” [*Clean Energy Plan*], apresentado em setembro de 2019, não vai além de dizer que apoia uma mobilização de dez anos até 2030, com o objetivo de atingir zero emissões líquidas de gases de efeito estufa “o mais rápido possível”. Ela propõe um investimento de US\$ 3 trilhões em dez anos. Seu plano exclui qualquer menção a uma transição justa para trabalhadores ou comunidades da linha de frente.

O financiamento viria de várias fontes: (1) “aumentando massivamente os impostos sobre a renda e riqueza de investidores e proprietários de corporações que lucram com combustíveis poluentes”, bem como “aumentando as penalidades sobre a poluição resultante do uso de combustível fóssil na geração de energia” pelas empresas; (2) eliminando os subsídios para a indústria de combustíveis fósseis; (3) “gerando renda a partir da energia produzida pelas autoridades regionais” – com a receita adicional a ser coletada até 2035 sendo usada para apoiar o *Green New Deal*, depois do que a eletricidade seria fornecida virtualmente grátis para os clientes, além dos custos de operação e manutenção; (4) cortando os gastos militares destinados a salvaguardar o suprimento mundial de petróleo; (5) cobrando receitas tributárias adicionais como resultado do aumento do emprego; e (6) fazendo com que as empresas e os mais ricos paguem sua “justa parte” (SANDERS, 2019).

O *Green New Deal* de Sanders distingue-se da Resolução de Ocasio-Cortez e Markey ao: (1) estabelecer um cronograma para cortes nas emissões de gases de efeito estufa (muito mais ambicioso para os Estados Unidos em relação ao que é exigido em média pelo mundo no âmbito do orçamento global de carbono, devido às suas responsabilidades únicas); (2) confrontar diretamente as empresas de capital fóssil; (3) projetar uma transição justa para a classe trabalhadora e as comunidades marginalizadas; (4) especificar a criação de 20 milhões de novos empregos; (4) proibir a perfuração *offshore*, o *fracking* e a mineração de carvão; (5) enfrentar o papel dos militares na salvaguarda da economia global de combustíveis fósseis; (6) alocar US\$ 16,3 trilhões do orçamento federal por dez anos para financiar esse programa; e (7) utilizar os impostos sobre as empresas poluidoras para ajudar a financiar o *Green New Deal*¹⁴. Apesar de promissor, o programa de Sanders ainda está longe da proposta do Partido Verde de reduzir pela metade os gastos militares.

¹⁴ Embora a Resolução do *Green New Deal* apresentada por Ocasio-Cortez e Markey não aborde como seria financiada, a ênfase está na criação de bancos públicos, no *quantitative easing* verde e no financiamento do déficit em meio à atual utilização em baixa capacidade – uma visão apoiada pela moderna teoria monetária, e que se afasta deliberadamente do financiamento através de impostos sobre as corporações. Brown (2019).

As estratégias do *Green New Deal* dos Povos (*Peoples' Green New Deal*) nas quais atualmente se avança constituem o que, na teoria socialista, se chama de reformas revolucionárias, ou seja, reformas que propõem uma reestruturação fundamental do poder econômico, político e ecológico, e que apontam, ao invés de se afastarem, para uma transição do capitalismo para o socialismo. As mudanças propostas são uma ameaça real ao poder do capital, mais profunda até mesmo do que aquela representada pelo segundo *New Deal* do final dos anos 1930. O desinvestimento completo em combustíveis fósseis, incluindo reservas, constitui um tipo de abolicionismo cuja maior analogia, no que diz respeito a seus efeitos econômicos gerais, pode ser encontrada na abolição da escravidão nos Estados Unidos. Foi estimado que, em 1860, os escravos constituíam “o maior ativo financeiro individual em toda a economia dos EUA, valendo mais do que todas as fábricas e ferrovias combinadas”¹⁵. Hoje, enfrentar a indústria de combustíveis fósseis (sua estrutura financeira, indústrias relacionadas e infraestrutura) implica confrontos análogos (em termos da escala envolvida) com detentores de poder e riqueza, e só é concebível como parte de uma profunda transformação social e ecológica. Nesse sentido, em 2016, o Banco Interamericano de Desenvolvimento revelou que as empresas de energia enfrentavam uma perda potencial de US\$ 28 trilhões como resultado da necessidade mundial de manter os combustíveis fósseis no solo (CALDECOTT *et alii*, 2016, p. X).

Como o capital entendeu desde o princípio, essas mudanças ameaçariam toda a ordem político-econômica, visto que, uma vez que a população fosse mobilizada para a mudança, todo o metabolismo da produção capitalista seria desafiado. As empresas de energia, escreve Naomi Klein, “deverão renunciar a trilhões de dólares em reservas comprovadas de combustível fóssil [que contam como ativos] no solo” (KLEIN, 2014, pp. 31-63, colchetes no original). Para que o movimento pela justiça climática enfrente o capital fóssil e o sistema capitalista como um todo no sentido antes posto, será necessário mobilizar toda a população, promovendo a luta de classes em

¹⁵ Conforme o historiador David Blight (*apud*: COATES, 2014).

uma escala imensa, a fim de introduzir, em alguns poucos anos, uma transformação gigantesca na produção de energia.

É claro que todas as propostas do *Green New Deal* estão longe de enfrentar a magnitude da tarefa exigida pela emergência planetária atual. No entanto, o desenvolvimento dessa luta pode desencadear uma luta revolucionária global pela liberdade e sustentabilidade, uma vez que as mudanças contempladas vão contra a própria lógica do capital e não podem ser alcançadas sem uma mobilização de toda a população em caráter emergencial.

Ainda assim, existem contradições persistentes mesmo no âmbito das estratégias radicais do *Green New Deal*, relacionadas à ênfase no crescimento econômico e na acumulação de capital. As restrições impostas pela necessidade de estabilizar o clima são severas, exigindo mudanças na estrutura subjacente da produção. No entanto, todas as atuais propostas do *Green New Deal* evitam amplamente qualquer menção à conservação direta de recursos ou a cortes no consumo geral – muito menos medidas emergenciais como o racionamento como um meio equitativo, e não relacionado a preços, para realocar os escassos recursos da sociedade (uma medida bastante popular nos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial) (KLEIN, 2014, pp. 115-116).

Nenhuma das propostas considera o nível total de resíduos incorporado no sistema de acumulação atual, e como isso pode ser transformado em vantagem ecológica. Em vez disso, todos os planos se baseiam na noção de promover crescimento econômico exponencial rápido ou acumulação de capital – apesar do fato de que isso agravaria a emergência planetária, e apesar do fato de que os verdadeiros sucessos do segundo New Deal tiveram muito menos a ver com crescimento do que com redistribuição econômica e social. Como adverte Naomi Klein, um *Green New Deal* falhará terrivelmente em proteger o planeta e em propiciar uma transição justa, caso siga o caminho do “keynesianismo climático” (KLEIN, 2019a, p. 261).

O IPCC e as estratégias de mitigação

Nada disso nega que uma mudança tecnológica parece estar em andamento. As estratégias radicais do *Green New Deal* que agora estão sendo defendidas ameaçam implodir, em relação ao que pode e deve ser feito para combater a mudança climática, a política científica liderada pelo IPCC, que até agora vem obstruindo todas as perspectivas sociais de esquerda. Em nítido contraste com seu cuidadoso tratamento científico das causas e consequências das mudanças climáticas, relativamente livre de intervenção política, a abordagem do IPCC quanto às ações sociais necessárias para mitigar a emergência climática foi ditada, em grande parte, pela atual política econômica hegemônica. Até agora, as estratégias de mitigação para reduzir as emissões de dióxido de carbono em todo o mundo foram fortemente impactadas pelo domínio quase total das relações de acumulação capitalistas, assim como pela hegemonia da economia neoclássica. As diretrizes incorporadas a esses cenários de mitigação restringem fortemente os parâmetros de mudança sob consideração, e o fazem por meio de dispositivos como modelos de avaliação integrados (IAMs [*integrated assessment models*]), que consistem em grandes modelos de computador capazes de integrar mercados de energia e uso da terra com projeções de gases de efeito estufa) e caminhos socioeconômicos compartilhados (SSPs [*shared socioeconomic pathways*]), que consistem em cinco diferentes caminhos tradicionais de negócios, baseados em estruturas amplamente tecnológicas, com crescimento econômico substancial e sem que políticas climáticas sejam formalmente incorporadas a esses modelos).

O resultado desses modelos deliberadamente conservadores, que descartam todas as alternativas ao modelo econômico dominante, é a proliferação de avaliações irrealistas do que pode ser feito e do que precisa ser feito (cf. ANDERSON, 2019; HAUSFATHER, 2018). Em geral, os cenários de mitigação incorporados ao IPCC: (1) assumem implicitamente a necessidade de perpetuar a atual hegemonia político-econômica; (2) subestimam as mudanças nas relações sociais em favor da mudança tecnocrática, boa parte da qual

é baseada em tecnologias que não existem ou que são inviáveis; (3) enfatizam os fatores no âmbito da oferta – principalmente fatores tecnológicos e relacionados ao preço – em vez dos fatores no âmbito da demanda, ou então reduções diretas no consumo ecológico, a fim de reduzir as emissões; (5) [sic] contam com as chamadas emissões negativas (capturando dióxido de carbono da atmosfera e, de alguma forma, sequestrando-o), de modo a permitir a superação dos objetivos de emissão; (6) deixam a massa da população fora do cálculo, assumindo que a mudança será administrada pelas elites gerenciais, e com participação pública mínima; e (7) postulam respostas lentas, deixando de fora a possibilidade (na verdade, a necessidade) de uma revolução ecológica¹⁶.

Portanto, enquanto a escala da mudança climática e seus impactos socioecológicos são bem capturados pelos modelos e projeções do IPCC, a escala da mudança social necessária para enfrentar esse desafio é sistematicamente rebaixada nas centenas de modelos de mitigação utilizados pelo IPCC. Esses, em vez disso, recorrem a soluções mágicas que decorreriam de intervenções no preço de mercado (como o comércio de carbono) e do emprego de uma tecnologia futurista, incluindo invenções que não são viáveis na escala necessária e que dependem de emissões negativas (ANDERSON; PETERS, 2016; EASAC, 2018). Tais modelos apontam para resultados catastróficos, para os quais as únicas defesas previstas são a chamada eficiência do mercado e uma tecnologia barroca inexistente e/ou irracional, uma vez que essas abordagens supostamente permitiriam que a sociedade permanecesse com seu modelo produtivo atual praticamente inalterado.

Assim, a maioria dos modelos de mitigação climática incorpora a tecnologia de bioenergia com captura e armazenamento de carbono (BECCS [*bioenergy with carbon capture and storage*]), que promove o crescimento de plantas (principalmente árvores) em grande escala para serem queimadas com vistas à produção de energia, ao mesmo tempo que captura o dióxido

¹⁶ Essas deficiências são integradas diretamente nos caminhos socioeconômicos compartilhados (SSPs) e até nos modelos de avaliação integrados (IAMs). Cf. Fricko *et alii* (2017). Para uma avaliação crítica geral, cf. Hickel e Kallis (2019).

de carbono liberado na atmosfera e, de alguma forma, o sequestra ou o armazena, como ocorre no sequestro geológico e oceânico. Se implementado, isso exigiria uma quantidade de terra igual a uma ou duas Índias, assim como uma quantidade de água doce aproximada à usada atualmente pela agricultura mundial, apesar da escassez de água no mundo (cf. FOSTER, 2018). A promoção ávida dessas abordagens puramente mecanicistas é tampouco um acidente. Ela está profundamente enraizada na forma como esses relatórios são construídos e na ordem capitalista subjacente, à qual eles servem.

Nas palavras de Kevin Anderson, principal climatologista do *Tyndall Center for Climate Change Research*, do Reino Unido:

O problema é que o cumprimento do compromisso de 1,5 a 2°C exige cortes de emissões para nações ricas em mais de 10% ao ano, muito além das taxas normalmente consideradas possíveis no atual sistema econômico. Os IAMs desempenham um papel importante e perigoso quando se apresentam como meios para remediar esse impasse. Por trás de um verniz de objetividade, o uso desses imensos modelos computacionais profissionalizou a análise da mitigação das mudanças climáticas, substituindo políticas confusas e contextuais por formalismo matemático não contextual. Dentro dessas fronteiras profissionais, os IAMs sintetizam modelos climáticos simples, baseando-se em crenças acerca do funcionamento das finanças e da mudança tecnológica que se apoiam, por sua vez, em uma interpretação econômica [ortodoxa] do comportamento humano. [...] Normalmente, os IAMs usam modelos baseados em axiomas de livre mercado. Os algoritmos incorporados nesses modelos pressupõem mudanças marginais próximas ao equilíbrio econômico, e dependem fortemente de pequenas variações na demanda, possíveis, por sua vez, em virtude de mudanças marginais nos preços. O Acordo do Clima de Paris, por outro lado, estabelece um desafio de mitigação que está muito distante do equilíbrio da economia de mercado atual, exigindo mudanças imediatas e radicais em todas as facetas da sociedade. (ANDERSON, 2019)

Anderson destaca que a realidade é que a modelagem e as projeções de cenários climáticos atuais fornecidas pelo IPCC e incorporadas aos planos

nacionais baseiam-se em pressupostos extraídos da análise de equilíbrio geral da economia neoclássica, incluindo noções de mudanças gradualistas, baseadas nos requisitos do sistema de lucro. Essas estipulações nos cenários de mitigação são débeis¹⁷ no contexto da atual emergência climática, e perigosas, pois inibem as ações necessárias – de modo que uma tecnologia inexistente é vista como a única salvação. Dos inúmeros modelos considerados pelo IPCC em seu relatório de 2018, todos exigem redução de dióxido de carbono (CDR [*carbon dioxide reduction*]) ou as chamadas emissões negativas, principalmente por meios tecnológicos, mas também por meio do florestamento¹⁸ (ONU, 2018-2019, pp. 16 e 96). A verdade é que toda a abordagem de mitigação no âmbito do IPCC, explica Anderson, tem sido um “fracasso acelerado”, e tem impulsionado um processo radicalmente contrário às suas projeções, com o resultado de que “as emissões anuais de CO₂ aumentaram cerca de 70% desde 1990”. Como os efeitos de tais emissões são cumulativos e não lineares, com todos os tipos de *feedbacks* positivos, o “fracasso persistente na mitigação das emissões elevou o patamar do desafio de uma mudança moderada no sistema econômico a uma revisão revolucionária do sistema. Essa não é uma posição ideológica; emerge diretamente de uma interpretação científica e matemática do Acordo do Clima de Paris” (ANDERSON, 2019).

Ao reconhecer a aceleração da emergência climática, o IPCC, em seu relatório de 2018, afastou-se de seus relatórios anteriores, incentivando levemente o desenvolvimento de abordagens para a mitigação das mudanças climáticas, abordagens essas que incluem considerações do lado da demanda. Isso significa encontrar maneiras de reduzir o consumo, geralmente por meio

¹⁷ O autor utiliza o termo *meaningless* para se referir à fragilidade das projeções de cenários climáticos utilizadas pelo IPCC no atual contexto de emergência climática. Na tradução, utilizamos “débeis” no sentido de expressar essa incapacidade explicativa (e prospectiva) desses modelos diante de uma realidade que se mostra muito mais desastrosa (nota de tradução).

¹⁸ O autor utiliza o termo *afforestation*, que, segundo o Protocolo de Kyoto, implica a conversão em floresta de terras que nunca possuíram cobertura florestal ou que assim permaneceram por, pelo menos, 50 anos. Esse processo é induzido por ação humana – e se dá por meio de plantio ou semeadura de espécies arbóreas – como estratégia de conservação de biomas florestais visando, sobretudo, o sequestro de carbono. O melhor termo que encontramos para expressar este sentido é florestamento (nota de tradução).

do aumento da eficiência (embora geralmente se subestime o conhecido Paradoxo de Jevons, segundo o qual o aumento da eficiência sob o capitalismo leva ao aumento da acumulação e do consumo) (cf. FOSTER; CLARK; YORK, 2010, pp. 169-182). Foram introduzidos vários cenários de mitigação que demonstram que as intervenções do lado da demanda são a maneira mais rápida de lidar com as mudanças climáticas, e chegou-se mesmo a sugerir, em um dos modelos, que a meta de 1,5°C ou menos pode ser alcançada com uma leve ultrapassagem apenas, e sem depender das chamadas tecnologias de emissão negativa, mas sim de práticas agrícolas e florestais aprimoradas (as quais são consideradas uma forma não tecnológica de redução de dióxido de carbono) (ONU, 2018-2019, pp. 15-16 e 97; HICKEL, 2018; cf. também GRUBLER, 2018; ROGELJ *et alii*, 2018; BERTRAM *et alii*, 2018).

Além disso, esses resultados são alcançados dentro das premissas extremamente restritivas dos modelos de mitigação do IPCC, que incorporam formalmente (via IAMs e SSPs) um crescimento econômico rápido e significativo, excluindo formalmente todas as intervenções de política climática (ou intervenções políticas). Por isso, foi sugerido por alguns críticos radicais, como Jason Hickel e Giorgos Kallis, que uma abordagem sociopolítica do lado da demanda, que enfatize a abundância e as políticas redistributivas, ao mesmo tempo que limita os lucros e o crescimento (que hoje beneficiam principalmente 0,01% da população), é demonstrativamente muito superior em termos de mitigação, e constitui a única solução realista (HICKEL; KALLIS, 2019).

Uma grande virtude do surgimento de estratégias radicais ou populares do *Green New Deal*, portanto, é que elas abrem o campo do que é possível em relação à necessidade real, levantando a questão da mudança transformadora como a única base da sobrevivência civilizacional humana: a liberdade da necessidade (BERNAL, 1949). Aqui é importante reconhecer que uma revolução ecológica e social, nas atuais condições históricas, provavelmente passará por duas etapas, que podemos chamar de ecodemocrática e ecosocialista (FOSTER, 2000, p. 193). A automobilização da população assumirá

inicialmente uma forma ecodemocrática, enfatizando a construção de alternativas energéticas combinadas com uma transição justa, mas em um contexto que, no geral, careceria de qualquer crítica sistemática à produção ou ao consumo. Ao final do processo, no entanto, a pressão das mudanças climáticas e a luta pela justiça social e ecológica, estimulada pela mobilização de diversas comunidades, podem levar a uma visão ecorrevolucionária mais abrangente, penetrando o véu da ideologia tradicional.

Ainda assim, permanece o fato de que a tentativa de construir um *Green New Deal* radical em um mundo ainda dominado pelo capital financeiro monopolista será constantemente ameaçada pela tendência de se voltar ao keynesianismo verde, no qual a promessa de empregos ilimitados, rápido crescimento econômico e maior consumo milita contra qualquer solução para a crise ecológica planetária. Como observa Klein em *On Fire*,

Qualquer *Green New Deal* crível precisa de um plano concreto para garantir que os salários de todos os bons empregos verdes criados por ele não sejam imediatamente despejados em estilos de vida de alto consumo que, inadvertidamente, acabem aumentando as emissões – um cenário no qual todos têm um bom emprego e muita renda à sua disposição, sendo tudo gasto em lixo descartável. [...] Do que precisamos são transições que reconheçam os limites rígidos da extração e, simultaneamente, criem novas oportunidades para as pessoas melhorarem a qualidade de vida e obterem prazer fora do ciclo interminável de consumo. (KLEIN, 2019a, p. 264)

O caminho para a liberdade ecológica e social exige o abandono de um modo de produção enraizado na exploração do trabalho humano e na expropriação da natureza e dos povos, e que conduz a crises econômicas e ecológicas cada vez mais frequentes e graves. A superacumulação de capital sob o regime de capital monopolista-financeiro tornou o desperdício, em todos os níveis, essencial para a preservação do sistema, criando uma sociedade na qual o que é racional para o capital é irracional para as pessoas do mundo e para a terra (BARAN; SWEEZY, 1966). Isso levou ao desperdício de vidas humanas em trabalho desnecessário gasto na produção de mercadorias inúteis, exigindo o desperdício dos recursos materiais naturais

do mundo. Por outro lado, a extensão desse desperdício perdulário de produção e riqueza humana, e da própria Terra, é uma medida do enorme potencial existente hoje para expandir a liberdade humana e atender às necessidades individuais e coletivas, ao mesmo tempo que assegura um ambiente sustentável (FOSTER, 2011; MAGDOFF; FOSTER, 2011, pp. 123-124; MORRIS, 1962, pp. 121-122).

Na atual crise climática, são os países imperialistas no centro do sistema que produziram a maior parte das emissões de dióxido de carbono agora concentradas no meio ambiente. São essas nações que ainda têm as maiores emissões *per capita*. Além disso, esses mesmos Estados monopolizam a riqueza e a tecnologia necessárias para reduzir drasticamente as emissões globais de carbono. Portanto, é essencial que as nações ricas assumam um fardo maior para estabilizar o clima do mundo, reduzindo suas emissões de dióxido de carbono a uma taxa de 10% ou mais ao ano (ANDERSON; BOWEN, 2011). É o reconhecimento dessa responsabilidade por parte das nações ricas, juntamente com a necessidade global subjacente, que levou ao aumento repentino de movimentos transformadores como o *Extinction Rebellion*.

No longo prazo, no entanto, o principal impulso para a transformação ecológica mundial virá do Sul Global, onde a crise planetária está causando seus efeitos mais severos – além de um sistema mundial já imperialista e um crescente abismo entre países ricos e pobres. É na periferia do mundo capitalista que o legado da revolução é mais forte – e onde persistem as concepções mais profundas de como realizar essa mudança necessária. Isso é especialmente evidente em países como Cuba, Venezuela e Bolívia, que têm tentado revolucionar suas sociedades apesar dos duros ataques do sistema imperialista mundial, e apesar de sua dependência histórica (nos casos da Venezuela e da Bolívia) da extração de energia – ela própria, imposta pelas estruturas hegemônicas da economia global. Em geral, podemos esperar que o Sul Global seja o local do crescimento mais rápido de um proletariado

ambiental, a resultar por via tanto ecológica quanto econômica da degradação das condições materiais da população¹⁹.

O papel da China em tudo isso permanece crucial e contraditório. É um dos países mais poluídos e famintos por recursos do mundo, enquanto suas emissões de carbono são tão grandes que, por si só, constituem um problema em escala global. No entanto, a China fez mais do que qualquer outro país até agora para desenvolver tecnologias de energia alternativa voltadas para a criação do que é oficialmente chamado de “civilização ecológica”. Surpreendentemente, ela permanece, em grande parte, autossuficiente em alimentos devido ao seu sistema agrícola, no qual a terra é propriedade social e a produção agrícola depende principalmente de pequenos produtores com resquícios de responsabilidade coletiva-comunitária. O que está claro é que as escolhas presentes e futuras do Estado chinês, e ainda mais do povo chinês, com relação à criação de uma civilização ecológica provavelmente serão fundamentais para determinar o destino da Terra a longo prazo²⁰.

A revolução ecológica enfrenta a inimidade de todo o sistema capitalista. No mínimo, significa ir contra a lógica do capital. Em seu pleno desenvolvimento, significa transcender o sistema. Sob essas condições, a resposta reacionária da classe capitalista, apoiada por sua retaguarda na extrema direita, será regressiva, destrutiva e irrestrita. Isso já pode ser visto nas inúmeras tentativas do Governo Donald Trump de excluir a própria possibilidade de se fazerem as transformações necessárias para combater a mudança climática (ao que parece, com a finalidade de conduzir o mundo a um caminho sem volta), a começar por sua retirada do Acordo do Clima de Paris, assim como pela aceleração da extração de combustíveis fósseis. A barbárie ecológica ou o ecofascismo são ameaças palpáveis no atual contexto político

¹⁹ Para uma discussão sobre a atual situação ecológica no Sul Global e sua relação com o imperialismo, cf. Foster, Holleman e Clark (2019). Sobre o conceito de proletariado ambiental, cf. Foster, Clark e York (2010, pp. 440-441).

²⁰ O tema da relação entre a China e a ecologia é complexo. Cf. Cobb (2019), Schwartzman (2019), Chi (2018). Sobre o conceito de civilização ecológica e sua relação com a China, cf. Foster (2017).

global e fazem parte da realidade que qualquer revolta ecológica de massa precisará enfrentar (KLEIN, 2019b). Nessas circunstâncias, somente uma luta revolucionária genuína e não reformista será capaz de avançar.

Uma era de mudança transformacional

É lugar-comum na literatura de ciências sociais, como expressão da ideologia liberal reinante, ver a sociedade como simplesmente constituída pelas ações dos indivíduos que a compõem. Outros pensadores, mais críticos, às vezes apresentam a visão oposta de que os indivíduos são o produto da estrutura social geral. Um terceiro modelo genérico vê os indivíduos afetando a sociedade e a sociedade afetando os indivíduos em uma espécie de movimento de vaivém, visto como uma síntese de estrutura e agência (BHASKAR, 2011, pp. 74-76).

Em contraste com todas essas abordagens *mainstream*, principalmente liberais, que deixam pouco espaço para uma transformação social genuína, a teoria marxista, com sua abordagem histórico-dialética, baseia-se no que o filósofo crítico-realista Roy Bhaskar chamou de “modelo transformacional da atividade social”, segundo o qual os indivíduos nascem e se socializam historicamente em uma determinada sociedade (modo de produção), que estabelece os parâmetros iniciais de sua existência (BHASKAR, 2011, pp. 76-77 e 92-94). No entanto, essas condições e relações produtivas mudam de maneira imprevisível e contingente durante o curso de suas vidas, levando a consequências, contradições e crises não intencionais. Presos em situações históricas que não são de sua escolha, os seres humanos, agindo tanto espontaneamente quanto por meio de movimentos sociais organizados, refletindo classe e outras identidades individuais e coletivas, buscam alterar as estruturas existentes de reprodução e transformação social, dando origem a momentos históricos críticos, que consistem em rupturas e revoluções radicais, e em novas realidades emergentes. Como Karl Marx escreveu: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; eles não a fazem sob circunstâncias escolhidas por eles mesmos,

mas sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas do passado” (MARX, 1963 [1852], p. 15).

Esse modelo transformacional da atividade social apoia uma teoria da autemancipação humana na história. As relações sociais existentes tornam-se grilhões no desenvolvimento humano geral; mas também dão origem a contradições fundamentais no processo de trabalho e produção – ou o que Marx chamou de metabolismo social da humanidade e da natureza –, levando a um período de crise e transformação, ameaçando a derrubada revolucionária das relações sociais de produção, ou das relações de classe, propriedade e poder (MARX, 1976 [1867], p. 283). Hoje somos apresentados a essas severas contradições no metabolismo da natureza e da sociedade, e também nas relações sociais de produção, mas de uma maneira em relação à qual não existe um verdadeiro precedente histórico.

No Antropoceno, a emergência ecológica planetária sobrepõe-se à superacumulação de capital e a uma expropriação imperialista intensificada, criando uma crise econômica e ecológica que paira sobre nossa era (*cf.* ANGUS, 2016, pp. 175-191). É a superacumulação de capital que acelera a crise ecológica global, impulsionando o capital a encontrar novas maneiras de estimular o consumo para manter os lucros fluindo. O resultado é um estado de Armagedom planetário, ameaçando não apenas a estabilidade socioeconômica, mas também a sobrevivência da civilização humana, e da própria espécie humana. Para Klein, a explicação central é simples: depois de ressaltar que “Marx escreveu sobre a ‘fissura irreparável’ entre o capitalismo e ‘as leis naturais da própria vida’”, ela enfatiza que “muitos na esquerda já argumentaram que um sistema econômico construído sobre o apetite voraz do capital, solto a si mesmo, sobrecarregaria os sistemas naturais dos quais a vida depende” (KLEIN, 2019a, pp. 90-91; MARX, 1981 [1894], p. 949). E foi exatamente isso que aconteceu no período desde a Segunda Guerra Mundial, por meio da grande aceleração da atividade econômica, do consumo excessivo por parte dos ricos, e da destruição ecológica resultante.

A sociedade capitalista há muito glorifica a dominação da natureza. William James, o grande filósofo pragmatista, referiu-se em 1906 ao “equivalente moral da guerra”. Embora raramente seja mencionado, o equivalente moral de James foi uma guerra contra a Terra, na qual ele propôs “manter por um certo número de anos uma parte do exército alistada contra a Natureza” (JAMES, 1906). Hoje, temos que reverter isso e criar um novo equivalente moral mais revolucionário da guerra; um que seja dirigido não ao alistamento de um exército para conquistar a Terra, mas dirigido à automobilização da população para salvar a Terra como um local de habitação humana. Isso só pode ser conseguido por meio de uma luta pela sustentabilidade ecológica e pela igualdade substantiva, e destinada a ressuscitar os bens comuns globais. Nas palavras de Greta Thunberg, falando às Nações Unidas em 23 de setembro de 2019, “bem aqui, agora mesmo, é onde traçamos a linha. O mundo está acordando. E a mudança está chegando, quer vocês gostem ou não”. O mundo está pegando fogo desta vez.

Referências

- ANDERSON, Kevin. "Debating the Bedrock of Climate-Change Mitigation Scenarios", *Nature* (on-line), 16/09/2019.
- ANDERSON, Kevin; BOWS, Alice. "Beyond 'Dangerous' Climate Change: Emission Scenarios for a New World", *Philosophical Transactions of the Royal Society*, vol. 369, pp. 20-44, 2011.
- ANDERSON, Kevin; PETERS, Glen. "The Trouble with Negative Emissions", *Science: American Association for the Advancement of Science*, vol. 354, n. 6309, pp. 182-183 (on-line), 2016.
- ANGUS, Ian. *Facing the Anthropocene*. Nova York: Monthly Review Press, 2016.
- BALDWIN, James. *The Fire Next Time*. Nova York: Dial, 1963.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *Monopoly Capital*. Nova York: Monthly Review Press, 1966.
- BARCLAY, Eliza; RESNICK, Brian. "How Big Was the Global Climate Strike? 4 Million People Activists Estimate", *Vox* (on-line), 22/09/2019.
- BERNAL, John Desmond. *The Freedom of Necessity*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1949.
- BERTRAM, Christopher et alii. "Targeted Policies Can Compensate Most of the Increased Sustainability Risks in 1.5°C Mitigation Scenarios", *Environmental Research Letters*, vol. 13, n. 6 (on-line), IOP Publishing, 2018.
- BHASKAR, Roy. *Reclaiming Reality*. Londres: Routledge, 2011.
- BROWN, Ellen. "The Secret to Funding a Green New Deal". *Truthdig* (on-line), 19/03/2019.
- CALDECOTT, Ben et alii. *Stranded Assets: A Climate Risk Challenge*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016.
- CHI, Lau Kin. "A subaltern perspective on China's ecological crisis", *Monthly Review*, vol. 63, n. 4, pp. 45-57, Nova York: Monthly Review Press, 2018.
- CLIMATE JUSTICE ALLIANCE. "History of the Climate Justice Alliance". Disponível em: <https://climatejusticealliance.org>
- _____. "Just Transition: A Framework for Change". Disponível em: <https://climatejusticealliance.org/>
- COATES, Ta-Nehisi. "Slavery Made America" in: *Atlantic* (on-line), 24/06/2014.
- COBB, John B. (em conversa com Andre Vltchek). *China and Ecological Civilization*. Jakarta: Badak Merah, 2019.
- EASAC (European Academies' Science Advisory Council). "Negative Emission Technologies: What Role in Meeting Paris Agreement Targets" - EASAC Policy Report. Halle: German National Academy of Sciences Leopoldina, vol. 35, 2018.
- ELLIOT, Larry. "Climate Change Cannot Be Bargained With" in: *Guardian* (on-line), 29/10/2007.
- EMPSON, Martin (ed.). *System Change Not Climate Change*. Londres: Markers, 2019.
- FOSTER, John Bellamy Foster. "Ecology" in: MUSTO, Marcelo (org.). *The Marx Revival*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. *The Ecological Revolution*. Nova York: Monthly Review Press, 2009.
- _____. "The Ecology of Marxian Political Economy", *Monthly Review* vol. 63, n. 4, pp. 1-16, Nova York: Monthly Review Press, 2011.
- _____. "The Earth-System Crisis and Ecological Civilization", *International Critical Thought*, vol. 7, n. 4, pp. 439-458, 2017.

- _____. "Making War on the Planet", *Monthly Review*, vol. 70, n. 4, pp. 4-6, Nova York: Monthly Review Press, 2018.
- _____. "Ecosocialism and a Just Transition", *Monthly Review (on-line)*, 22/06/2019.
- FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett; YORK, Richard. *The Ecological Rift*. Nova York: Monthly Review Press, 2010.
- FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah; CLARK, Brett. "Imperialism in the Anthropocene", *Monthly Review*, vol. 71, n. 3, pp. 70-88, Nova York: Monthly Review Press, 2019.
- FRICKO, Oliver *et alii*. "The Marker Quantification of the Shared Socioeconomic Pathway 2: A Middle-of-the-Road Scenario for the 21st Century", *Global Environmental Change*, Elsevier, vol. 42, pp. 251-67 (on-line), 2017.
- FRIEDMAN, Thomas. "A warning from the garden" in: *New York Times (on-line)*, 19/01/2007.
- GREEN EUROPEAN FOUNDATION. *Global Green New Deal*. Genebra: PNUMA, 2009.
- GRUBLER, Arnulf. "A Low Energy Demand Scenario for Meeting the 1.5°C Target and Sustainable Development Goals Without Negative Emission Technologies", *Nature Energy*, vol. 3, n. 6, pp. 512-527, 2018.
- HALTIWANGER, John. "This Is the Platform That Launched Alexandria Ocasio-Cortez, a 29-Year-Old Democratic Socialist, to Become the Youngest Woman Ever Elected to Congress" in: *Business Insider*, 04/01/2019.
- HAUSFATHER, Zeke. "Explainer: How 'Shared Socioeconomic Pathways' Explore Future Climate Change" in: *Carbon Brief (on-line)*, 19/04/2018.
- HICKEL, Jason. "The Hope at the Heart of the Apocalyptic Climate Change Report" in: *Foreign Policy (on-line)*, 18/10/2018.
- HICKEL, Jason; KALLIS, Giorgos. "Is Green Growth Possible?", *New Political Economy*, vol. 25, n. 4, pp. 469-486 (on-line), Taylor & Francis, 2019.
- HOUSE OF REPRESENTATIVES. "H. Res. 109: Recognizing the Duty of the Federal Government to Create a Green New Deal". 07/02/2019. 116o Congresso, 2019-2020. Disponível em: www.congress.gov
- JAMES, William. "Proposing the Moral Equivalent of War" (discurso na Stanford University). 1906. Disponível em: *Lapham's Quarterly (on-line)*.
- KAUFMAN, Alexander C. "What's the 'Green New Deal'?" in: *Grist (on-line)*, 30/06/2018.
- KLEIN, Naomi. *This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate*. Nova York: Simon and Schuster, 2014.
- _____. *On Fire: The (Burning) Case for Green New Deal*. Nova York: Simon and Schuster, 2019a.
- _____. "Only a Green New Deal Can Douse the Fires of Ecofascism" in: *Intercept (on-line)*, 16/09/2019 (2019b).
- LEFEBVRE, Georges. *The Coming of the French Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1947.
- MAGDOFF, Fred; FOSTER, John Bellamy. *What Every Environmentalist Needs to Know About Capitalism*. Nova York: Monthly Review Press, 2011.
- MARX, Karl. *Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. Nova York: International Publishers, 1963 [1852].
- _____. *Capital*, vol. 1. Londres: Penguin, 1976 (1867).
- _____. *Capital*, vol. 3. Londres: Penguin, 1981 (1894).
- MILTON, David. *The Politics of US Labor*. Nova York: Monthly Review Press, 1982.
- MORRIS, William. *News from Nowhere and Selected Writings and Designs*. Londres: Penguin, 1962.

- NPR (National Public Radio). "Transcript: Greta Thunberg's Speech to UN Climate Action Summit" in: NPR (on-line), 23/09/2019.
- ONU (Organização das Nações Unidas). *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*. Genebra: ONU, 2018-2019.
- _____. *Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate*, Summary for Policy-makers. Genebra: ONU, 2019.
- PARTIDO VERDE DOS EUA. "Cronograma do Green New Deal". 2019a. Disponível em: <https://www.gp.org/>
- _____. "We can build a better tomorrow today – it's time for a Green New Deal". 2019b. Disponível em: <https://www.gp.org/>
- RÍOS, Anita. "Green Party Gears Up for Ecosocialism Conference" in: *Black Agenda Report* (on-line), 10/09/2019.
- ROGELJ, Joeri et alii. "Scenarios Towards Limiting Global Mean Temperature Increase Below 1.5°C", *Nature Climate Change*, vol. 8, n. 4, pp. 325-332, 2018.
- SANDERS, Bernie. "The Green New Deal" in: *Friends of Bernie Sanders*. This is your movement (on-line). 2019. Disponível em: <https://berniesanders.com/issues/green-new-deal/>
- SCHWARTZMAN, David. "China and the prospects for a global ecological civilization" in: *Climate and capitalism* (on-line), 17/09/2019.
- STEIN, Jill. "Solutions for a Country in Trouble: The Four Pillars of the Green New Deal" in: *Green Pages News* (on-line), 25/09/2012.
- STERN, Nicholas. "We must reduce greenhouse gas emissions to net zero or face more floods" in: *Guardian* (on-line), 07/10/2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/>
- STUART, Tessa. "Sunrise Movement, the Force Behind the Green New Deal Ramps Up Plans for 2020", *Rolling Stone* (on-line), 01/05/2019.
- THUNBERG, Greta. *No One Is Too Small to Make a Difference*. Londres: Penguin, 2019.
- UNEP. *Global Green New Deal*. Genebra: UNEP, 2009.
- VV.AA. "A Green New Deal" in: *New Economics*. Londres: New Economics Foundation, 2008. Disponível em: <https://neweconomics.org/2008/07/green-new-deal>